

6. A NORMA *jurídica*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1980; 269 p.
7. RADBRUCH, *Gustav* *Filosofia do direito*. Coimbra, Armenio Amado, 1979; 430 p.
8. REALE, *Miguel* *O direito como experiência*. São Paulo, Saraiva, 1968; 294 p.
9. VECCHIO, *Giorgio del* *Lições de filosofia do direito*. Coimbra, Armenio Amado, 1979; 643 p.

Recebido para publicação em 17/5/1988

"MIGRAÇÕES INTERNAS: EVOLUÇÃO TEÓRICA E ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA O CASO BRASILEIRO"

MÁRCIA REGINA GABARDO CAMARA^a

RESUMO

O objetivo do presente artigo é lançar novas luzes sobre a migração interna no Brasil. Conseqüentemente, foi necessário revisar a literatura especializada e apresentar algumas evidências empíricas sobre seu desenvolvimento recente.

PALAVRAS-CHAVE: *Migração interna; População brasileira.*

1 – INTRODUÇÃO

A história tem demonstrado que o processo de desenvolvimento econômico não se desenrolou da mesma forma nos países desenvolvidos e nos países latino-americanos. A partir dessas diferenças surgiram teorias que procuram explicar o porquê das mesmas e como os países menos desenvolvidos, como os da América Latina, poderiam alcançar um nível de desenvolvimento semelhante ao das economias de capitalismo avançado. Um dos prismas do desenvolvimento econômico muito privilegiado na literatura é o processo de transferência da mão-de-obra do setor agrícola para o setor urbano-industrial.

O presente artigo analisa as principais correntes que se dedicaram ao estudo dos processos migratórios, aprofundando o aspecto referente às pesquisas desenvolvidas no Brasil.

As principais vertentes que se preocuparam com a problemática da migração foram: a da modernização e a vertente histórico estrutural, desde suas raízes uma resposta às lacunas que a teoria tradicional, a da modernização, não pretendeu preencher.

2 – OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO ENFOQUE DA MODERNIZAÇÃO

Nos marcos teóricos da modernização conceitua-se desenvolvimento econômico e social como a passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna. O pro-

cesso desenvolve-se em três etapas: a sociedade tradicional predominantemente agrária estabelecida; o início da desintegração da sociedade tradicional; a constituição de sociedades dualistas e a mobilização social das massas.

O processo de mobilização social – onde as migrações dominam – envolve a integração e o início da ruptura, a desacomodação psicológica e conseqüente deslocamento de indivíduos ou grupos sociais, a mobilidade psicológica e a mobilização objetiva e, a reintegração da nova estrutura.

A análise das migrações abrange o estudo das características da população que migra, as circunstâncias do deslocamento, a absorção dos migrantes dentro do marco social e cultural da nova sociedade. Adquirem importância no enfoque modernizante o ritmo e a seqüência do processo de transformação, o que se traduz em uma limitação à capacidade da teoria para explicar a complexidade do fenômeno investigado.

O ato de migrar é um momento independente na ordenação de processos que constituem o desenvolvimento econômico, um elemento determinado na seqüência assinalada anteriormente. Partindo do pressuposto da racionalidade do migrante, as origens de seu movimento não teriam importância no tocante ao fim a ser obtido, a reintegração da nova estrutura, pois os meios são iguais para todos. A transformação das sociedades tradicionais se concretiza via modernização, na seqüência dos fatores envolvidos no processo; respeitados os supostos básicos, a ênfase da análise recai na velocidade com que ocorrem as mudanças.

Segundo a abordagem modernizante, o fenômeno que

^a. Departamento de Economia – CESA/UFL

induz os movimentos migratórios em direção às cidades é a crescente demanda de mão-de-obra devido ao processo de industrialização, um fenômeno de atração da força de trabalho. Esta hipótese é calcada na experiência europeia, pois a Revolução Industrial demandou muita mão-de-obra devido à elevada taxa de mortalidade urbana, propiciando o aproveitamento dos excedentes de população rural. Um segundo aspecto é os salários pagos no setor urbano, fruto do desenvolvimento técnico incorporado que proporcionava aumentos de produtividade e de remuneração. Por último, a disseminação do progresso técnico para o setor agrícola favorece a acumulação no setor urbano-industrial.

A migração rural-urbana contribuiu para a suplementação de mão-de-obra para os setores secundário e terciário, para a formação das cidades e seu desenvolvimento. Ao término da transição nos países desenvolvidos ocorreu uma diminuição da população rural, implicando em redução dos fluxos migratórios internos e internacionais e de sua importância no processo de desenvolvimento¹¹.

No que ocorre nos países menos desenvolvidos, as taxas de crescimento populacional e migratórias, além de elevadas persistem por períodos mais longos e duradouros. Isto é explicado na concepção modernizante pela ocorrência de taxas superiores do crescimento natural das populações rurais e urbanas dos países em desenvolvimento.

A transferência de determinadas tecnologias (medicamentos e saneamento básico) provocou a diminuição das taxas de mortalidade em uma fase anterior àquela ocorrida nos países de capitalismo avançado. O crescimento vegetativo acelerado, o transplante de padrões de consumo e fatores de ordem demográfica — pressão demográfica — intensificaram os deslocamentos em direção às cidades. Estes movimentos são persistentes, refletindo no inchamento dos setores terciários urbanos pois a economia urbano — industrial não se apresenta suficientemente fortalecida¹¹.

Se nos países da Europa Ocidental a migração interna foi explicada pela procura de mão-de-obra industrial, nos países de desenvolvimento capitalista dependente explicou-se pela pressão demográfica e pela aspiração de um melhor padrão de consumo, ativado pelos meios de comunicação social de massa¹².

3 — OS TEÓRICOS DA MODERNIZAÇÃO

O principal marco histórico são as leis de RAVENSTEIN¹³ que procuram elucidar as razões que determinaram o deslocamento da mão-de-obra para os centros industriais e comerciais ingleses no final do século passado. A pesquisa revelou que a maior parte dos migrantes se deslocou a curtas distâncias e que o processo de absorção da mão-de-obra oriunda de áreas rurais em regiões de crescimento ocorreu de forma lenta e por etapas.

A pesquisa de RAVENSTEIN¹³ revelou que: os elementos naturais das cidades migram menos que os de regiões rurais; as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem principalmente a grandes centros industriais e comerciais; as mulheres migram mais que os homens, porém a distâncias menores. RAVENSTEIN¹³ também

concluiu que para cada corrente migratória principal há um refluxo; e que ao processo de dispersão corresponde um processo de absorção de características semelhantes.

Os diferenciais rurais-urbanos são os principais fatores que influenciam a propensão a migrar.

A partir de RAVENSTEIN, LEE⁶ procurou elaborar uma teoria sobre a migração, definindo migração como uma mudança permanente ou semi-permanente de residência sem limite de distância ou da voluntariedade do ato. Com base nos fatores que determinam o ato migratório — fatores associados ao local de origem e destino e aos obstáculos que se interpunham entre um e outro — LEE⁶ tocou conclusões acerca do volume, do desenvolvimento de correntes e contra-correntes e das principais características dos migrantes.

Segundo LEE⁶, o volume das migrações variam de acordo com os ciclos econômicos, estando relacionado com as diferenças regionais, rurais e urbanas; para cada corrente ou fluxo migratório corresponde um refluxo, nem sempre compensatório; as migrações tem caráter seletivo; e os migrantes respondem a fatores positivos e negativos.

A teoria de LEE⁶ se insere dentro do pensamento neoclássico ao sugerir um mundo que tende ao equilíbrio e à compensação; e ao considerar o migrante, o centro de suas análises, um ser racional que procura maximizar sua satisfação de ordem econômica ou de ordem psicológica (pessoal). Para o autor, o movimento de determinado tipo de trabalhadores⁶ não pode ser considerado como um movimento migratório. A nível explicativo sua teoria é insuficiente para explicar as transformações aos fluxos migratórios porque esta não é sua finalidade.

SJAASTAD¹⁷ procura enquadrar a migração no quadro teórico da alocação de recursos. A ação de migrar é um meio eficiente para alocar o recurso mão-de-obra, já que a atividade migratória requer uma determinada massa de recursos e pressupõe o alcance de um objetivo.

Os diferenciais de renda e a busca de melhores oportunidades ou de ocupações melhor remuneradas estão subjacentes à sua análise, determinando a propensão a migrar de cada indivíduo. O autor conclui que a migração enquanto atividade envolve custos monetários e não monetários, implicando em retornos monetários e não monetários; o saldo das duas operações gera ganho ou perda de capital.

Para SJAASTAD¹⁷, a migração é uma atividade na qual os investimentos adicionais em capital humano adquirem grande significado. Empiricamente constatou que a idade era um fator seletivo importante, que as taxas migratórias não eram medidas adequadas para a estimativa dos efeitos migratórios e que as taxas de migração bruta seriam consideravelmente mais importantes que as taxas de migração líquida.

No entanto, estas considerações válidas para os países de capitalismo avançado, mostraram-se ineficazes para explicar as proporções que alcançavam os níveis dos fluxos migratórios nos países do Terceiro Mundo e as origens dos mesmos. Enquanto operação que envolvia somente fatores econômicos e financeiros, mostrava-se deficiente para

explicar o porquê dos movimentos, embora os descrevesse de uma forma diversa, sob o ângulo da teoria do capital humano.

Percebendo que os estudos existentes em países de capitalismo avançado se mostravam ineficazes para o estudo e o solucionamento das principais conseqüências da migração nos países do terceiro mundo, TODARO²⁰ formulou um modelo econômico do comportamento da migração rural-urbana.

TODARO²⁰ salienta a importância do diferencial esperado de renda entre os setores rural e urbano na análise dos determinantes do tamanho da mão-de-obra urbana — ao contrário dos autores que o precederam que destacam o diferencial real, na decisão de migrar. O diferencial entre o setor rural e urbano é ajustado pela probabilidade de o indivíduo encontrar emprego no setor urbano.

Em TODARO²⁰ há equilíbrio com desemprego. No que tange à distribuição ocupacional da mão-de-obra adotou TODARO [MOURA (Coord.), 1980 : 153] o conceito de “desenvolvimento econômico como sendo a transferência de grande proporção de trabalhadores da agricultura para as atividades industriais”. Entretanto, ao contrário dos demais autores, TODARO chamou a atenção para as implicações potenciais da massa crescente de desempregados nos planos político, econômico e social.

Dadas as limitações do seu primeiro modelo, no qual não estavam inseridas variáveis como o salário mínimo institucional e as flutuações na atividade econômica (ciclo econômico), TODARO & HARRIS²¹ desenvolveram um modelo de dois setores de migração rural-urbana, cujo principal determinante era o salário mínimo institucionalmente determinado, como normalmente se observa nos países do Terceiro Mundo.

No modelo de TODARO & HARRIS²¹, a migração é uma resposta às diferenças de renda esperada rural-urbana e à taxa de desemprego. Os fluxos rurais-urbanos de mão-de-obra persistem enquanto a renda real esperada é, na margem, superior à produtividade agrícola real, que determina os salários rurais. Os migrantes comportam-se como maximizadores da utilidade esperada advinda do ato de migrar, a satisfação econômico-financeira. A absorção de mão-de-obra ocorre em duas etapas: primeiramente no setor tradicional urbano e posteriormente no setor urbano moderno.

STARK¹⁸ contesta alguns dos pontos defendidos nos artigos do TODARO²⁰ e de TODARO & HARRIS²¹, que defendem que a população rural migra para o setor urbano a despeito da existência de desemprego urbano, devido ao comportamento de maximização da **renda esperada pelo indivíduo**.

Segundo STARK¹⁸, a principal omissão analítica de TODARO é o fato de o “Modelo de migração de mão-de-obra em países menos desenvolvidos (LDC)” aceitar os postulados de que o indivíduo toma a decisão otimizadora da migração, quando a entidade relevante era a **Família**. Em segundo lugar, está o desejo da família de dividir satisfatoriamente seu tempo entre o **trabalho e o lazer**. Por último, o lazer e a aversão ao risco, e não mais a renda real esperada determinam uma forma mais apurada de se prever

os níveis de migração rural urbana, de forma a que esta pudesse ser devidamente tratada pelos que formulam as políticas econômicas.

Este arcabouço teórico revelou-se incapaz de explicar devidamente as origens dos movimentos migratórios, sua intensidade e continuidade na maioria dos países latino-americanos, assim como o sentido do desenvolvimento capitalista nos campos e nas cidades e sua relação com o desenvolvimento econômico. Conseqüentemente foi necessário buscar um instrumental que preenchesse tal lacuna.

4 – A MIGRAÇÃO NO ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Os marcos teóricos estruturais enfatizam a reconstrução do quadro histórico estrutural no qual ocorrem os processos migratórios e dentro do qual deve ser analisado e compreendido o processo de migração, de industrialização e urbanização¹¹ e ¹².

O processo de desenvolvimento econômico possui especificidades, dada a formação histórica dos diversos países da América Latina. O processo de transformação nesses países se caracteriza por ser dependente e periférico com relação ao centro desde os primórdios da colonização. As formas capitalistas dependentes são o produto da intervenção das forças existentes no mercado mundial e que condicionam tanto as possibilidades de expansão como as formas internas de desenvolvimento¹¹.

A análise dos processos migratórios em situação de dependência requer que a migração seja estudada como um processo social inter-relacionado com outros processos. A análise deve ser historicamente referida com o objetivo de estabelecer como se configuram os processos migratórios, como se formam e como se modificam os diferentes fluxos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento.

Para a corrente estruturalista, a industrialização também seria o início e o motor propulsor dos fluxos migratórios de grande vulto na atualidade, mas o modelo de desenvolvimento não mais poderia ser transplantado para os demais países, exigindo um modelo de desenvolvimento próprio.

As sociedades menos desenvolvidas seriam dependentes e adviria da dependência desde os primórdios da colonização em níveis globais, o fato de não serem delineados os mesmos contornos para ambos os grupos de países. No entender dos estruturalistas, um dos principais prismas do desenvolvimento industrial, a migração rural-urbana não se fez sentir com a mesma intensidade nos países periféricos e centrais devido a diversos atenuantes¹⁶.

As diferentes taxas de crescimento natural e de ganhos de produtividade permitiram via fluxos migratórios internacionais a transferência dos problemas gerados pela pressão demográfica no setor urbano nos países desenvolvidos e que se fizeram sentir sobre a configuração econômica, demográfica e espacial das sociedades dependentes. Os estruturalistas objetivam construir um quadro mais realista das condições em que se realiza a migração na

América Latina.

Em síntese, fenômenos diversos acarretaram diferentes processos de desenvolvimento; logo, a seqüência e o ritmo do crescimento não seriam suficientes para explicar os processos de desenvolvimento o volume e a persistência dos fluxos migratórios em sociedades mais e menos desenvolvidas, entretanto, a relação centro-periferia explicaria os pontos de divergência e convergência dos fenômenos estudados.

5 - OS TEÓRICOS DO ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL.

A principal referência histórica dos autores estruturalistas se encontra em ENCELS³. O autor analisa as condições de vida dos imigrantes irlandeses na Inglaterra na segunda metade do séc. XIX e o efeito depressivo nos salários dos trabalhadores ingleses, que se reflete nas péssimas condições de irlandeses. Os fatores de expulsão, a exemplo das péssimas condições de vida nos campos da Irlanda e as perspectivas de melhoria ao chegar aos centros urbanos ingleses pressionam grupos sociais inteiros. Em meio à rápida urbanização e industrialização se observa a crescente proletarianização dos trabalhadores, gerando uma desordem específica, a desordem urbana que se acentua com a massa humana importada dos campos e da Irlanda.

Em busca das raízes dos grandes movimentos migratórios latino-americanos OLIVEIRA & STERN^{1,2} concluem que a:

À decomposição da estrutura agrária — pela decomposição do sistema tradicional da terra e agravado pressão demográfica — atada aos limites à industrialização impostos fundamentalmente pela própria situação periférica e dependente das economias latino-americanas em relação aos países do centro, acentuaram os desequilíbrios regionais rurais e urbanos, provocando a concentração acelerada da população nas aglomerações existentes, seja que (houvesse) completa inserção de tais contingentes na estrutura produtiva urbana.

SINGER^{1,6} vai mais além ao sugerir que por trás da desagregação agrária estão os movimentos do próprio capital no setor urbano-industrial, pois em sociedades capitalistas a migração está condicionada ao tipo de industrialização que se processa.

Há diferentes formas de industrialização e, conseqüentemente, diversas formas de migração.

SINGER^{1,6} ressalta a profunda alteração da divisão social do trabalho que ocorre a partir do processo de industrialização na América Latina. Primeiro, a nível da agricultura e da indústria e, posteriormente, na especialização do trabalho dentro desses mesmos ramos e da elevação da composição orgânica do capital. Ambos os processos contribuem para a transferência de pessoas e atividades dos campos para as cidades, favorecendo algumas regiões em detrimento de outras.

Particularmente no que tange à migração rural-urbana SINGER [MOURA (Coord.), 1980 : 224] afirma que “os fatores de expulsão que levam à emigração são fatores de mudança que decorrem da introdução de relações capitalis-

tas de produção nas áreas rurais” e “provocam a expropriação de camponeses, a expulsão dos agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e consequentemente redução do nível de emprego”.

É nesse contexto capitalista que razões individuais, que motivam as migrações, refletem as relações sociais que predominam na sociedade. Essa mudança nas relações sociais do trabalho permitem a formação de dois tipos diferentes de migrantes. Aquele que migra diretamente para as cidades, transformando-se paulatinamente em um proletário urbano e o que se desloca para outras localidades rurais.

O migrante rural-rural, devido ao processo de diferenciação que pode ocorrer entre os trabalhadores — assalariamento ou capitalização do produtor rural, pode ser permanente, temporário ou sazonal. O migrante permanente, normalmente é aquele que se destina ou a novas áreas de colonização — os proprietários e os posseiros, de forma geral — ou para as cidades. Os migrantes temporários podem englobar os trabalhadores não proprietários como moceiros, arrendatários ou trabalhadores permanentes. Já o migrante sazonal é classificado em sazonal clássico (em desaparecimento), itinerante e trabalhador urbano-rural — este tipo de trabalhador, também conhecido como trabalhador volante ou bóia-fria⁴.

GONZALES & BASTOS⁴ acreditam que o tipo de volante que predomina no Brasil é o volante, que assume formas concretas que se diversificam, segundo as especificidades regionais e a estrutura produtiva. Os autores ressaltam que este tipo de trabalho sazonal não é recente. A migração destes trabalhadores está ligada às oportunidades econômicas de trabalho, renda e ocupação da terra. El como estas dependem das relações sociais de produção que se materializam na estrutura econômica e social rural, subordinam-se à forma como tais fatores se combinam na produção.

Segundo GONZALES & BASTOS⁴, a agricultura brasileira apresenta uma tendência histórica à concentração fundiária e como a contratação do trabalho volante tende a reduzir o tempo de não trabalho na agricultura e o contratante não incorre em encargos sociais, este tipo de trabalho tende a se reproduzir com maior intensidade na agricultura brasileira.

Para MUÑOZ & OLIVEIRA^{1,1} a tônica das migrações internas na América Latina se deslocou a partir da década de 60 do setor rural para o setor urbano, adquirindo os movimentos urbanos maior relevância. Os estudos têm centrado sua análise basicamente na insuficiência do desenvolvimento capitalista urbano-industrial latino-americano e o fenômeno da terciarização, uma constante nas cidades latino-americanas.

No marco não-neoclássico, o estudo da migração da perspectiva urbana procura enfocar a inevitabilidade das transformações capitalistas no setor urbano industrial, sua continuação no campo e o fato de a migração nos países em desenvolvimento estar acompanhada do crescimento da pobreza urbana e do desemprego.

As relações sociais de produção ao determinarem as

formas de combinação dos fatores no setor urbano-industrial e agrícola, requerem progressivamente uma menor quantidade de fator trabalho — via aumento da composição orgânica do capital. Com isto contribuem para a constituição de um exército industrial/agrícola de reserva crescente.

Para complementar o tópico referente à migração interna apresentam-se a seguir algumas evidências para o caso brasileiro.

6 — AS PESQUISAS SOBRE O COMPORTAMENTO MIGRATÓRIO NO BRASIL:

A associação entre transformações capitalistas no campo e na área urbano-industrial e o comportamento migratório é o principal aspecto da maioria dos estudos desenvolvidos sobre o tema no Brasil. Adicionalmente cabe destacar que os trabalhos aqui analisados procuram enfatizar não só aspectos econômicos, como também os prismas demográficos e os sociológicos dos fluxos migratórios.

6.1 — A pesquisa migratória no Brasil: um breve histórico do deslocamento populacional.

Um dos principais marcos da pesquisa no Brasil é o estudo realizado por GRAHAM & HOLANDA⁵ que destacou o comportamento histórico das migrações brasileiras entre 1900 e 1980. No período 1900-40 a corrente que se definiu com maior força foi aquela direcionada às novas fronteiras agrícolas do país, os estados do sul e as áreas industriais do Rio de Janeiro e São Paulo; o incremento na migração nordestina em direção aos estados do Sudeste foi fruto das melhores condições de transporte.

Até a década de 40 o sentido das migrações restringiu-se ao sul do país, o que contribuiu segundo GRAHAM & HOLANDA⁵ para a diminuição das diferenças regionais e intersetoriais de renda. Os sensíveis diferenciais de renda e de padrão de vida entre o sul e as demais regiões exerciam atração sobre os migrantes nordestinos. Dentro da linha neoclássica, a aparente mobilidade do fator trabalho contribuiu para a redução das enormes diferenças existentes. O maior incremento das taxas migratórias ocorreu na década de 50 vindos principalmente do Nordeste, os migrantes direcionavam-se a São Paulo e às regiões de fronteira, notadamente Paraná e Goiás.

A década de 60 caracterizou-se por uma grande inflexão nas tendências históricas, quando as taxas de emigração passaram a apresentar nítido declínio nos Estados do Nordeste e incrementos, nos Estados do Leste. Registrou-se também um ligeiro arrefecimento da imigração para São Paulo, declínio um pouco maior da que se orientou para o antigo Estado da Guanabara e redução drástica dos fluxos para o Paraná; em Mato Grosso e Goiás, mantiveram-se as altas taxas do decênio anterior⁵.

Até a década de 50 as migrações se associavam ao processo de industrialização, que se ocorreu de forma concentrada no país. Em períodos recentes, os fluxos migratórios se vincularam à expansão da fronteira agrícola a nível regional e brasileiro entre 1950 e 1980.

A análise demográfica do período recente (70-80) evidenciou uma forte tendência à concentração metropolitana da população. A crescente importância do fator econômico na distribuição da população tem como lógica, segundo SINGER¹⁵, o favorecimento da concentração de capitais não agrícolas e da população num único ponto.

Os censos econômicos demonstram que na década de 70 houve um desenvolvimento industrial mais intenso no Nordeste e na região Sul e, incorporação de terras à agricultura no Centro-Oeste, nos estados de Minas Gerais, Bahia e Paraná. Segundo SINGER¹⁵, as mudanças observadas no segundo quinquênio da década de 70 devem ter revertido o quadro de desconcentração econômica, como evidenciam os fenômenos de concentração de renda urbana e fundiária e a própria concentração fundiária no país.

6.2 — Migração rural-urbana e crescimento industrial.

Neste item desenvolveu-se a questão migratória destacando os fatores ativos de mudanças em particular os diferenciais de renda — entre outros fatores que atraem as populações para os centros urbanos industriais.

SAHOTA¹⁴ explicou as migrações internas no Brasil mediante a utilização do modelo neoclássico tradicional de custos e retornos. As principais variáveis de seu modelo foram: educação, salários, densidade populacional, urbanização, o nível, a taxa de crescimento e a dispersão da renda. O autor concluiu que as migrações brasileiras reagiram aos diferenciais regionais de renda, que a industrialização e a educação atraíram migrantes e que à medida que aumentou a distância, reduziram-se os fluxos migratórios.

MEDEIROS¹⁰ estudou a migração nordestina destinada aos grandes centros metropolitanos fora do Nordeste. As variáveis explicativas utilizadas foram educação, idade e destino. Os resultados de seu estudo sobre os retornos da migração apresentam alguns aspectos distintos do estudo anterior. Houve retorno reduzido para os nordestinos analfabetos que se destinavam à Goiás rural. Constatou retornos negativos para os que tem baixo nível de instrução e estão na faixa de 30 a 29 anos, mas para estes ainda há a possibilidade de retorno. A migração nordestina em direção aos centros do Rio e São Paulo foi grande e mais de 25% da população que lá permaneceu era oriunda do Nordeste.

YAP²² analisou a migração dentro do contexto de equilíbrio geral, com o intuito de avaliar os efeitos da migração rural sobre o setor rural e urbano no pós-guerra. Os resultados da pesquisa indicavam que a migração não foi um instrumento adequado para eliminar desigualdades regionais, mas contribuiu para uma melhor distribuição salarial. A migração teve impacto positivo sobre o crescimento da força de trabalho e o do capital; consequentemente sobre o crescimento econômico brasileiro.

MATA⁹ se preocupou com a concentração populacional nos centros urbanos e constatou que o processo de desenvolvimento adotado pelo governo associa o crescimento produtivo ao crescimento populacional, gerando

concentração ou desconcentração regional da população e da produção.

COSTA² procurou analisar as vantagens e desvantagens dos migrantes em relação aos não migrantes no meio urbano. As vantagens dos migrantes foram grandes; adaptam-se com maior facilidade nos diversos ramos da atividade econômica e apresentavam mobilidade vertical superior aos não migrantes, evidenciada pelo número maior de empregadores e pela renda superior nas regiões analisadas. O aumento da renda estava diretamente relacionado com o tempo de permanência na região a que se destinou o migrante. Concluiu que os migrantes contribuíam para a formação e o desenvolvimento social e econômico urbano.

MARTINE & PELIANO⁸ analisaram a participação dos migrantes na população economicamente ativa nas regiões metropolitanas brasileiras. Concluíram que 36% dos migrantes se concentravam nas áreas metropolitanas, que a grande maioria migram em busca de melhor ocupação e salários e os obteve, constituindo-se na maioria da população economicamente ativa das regiões analisadas.

MARTINE⁷ estudou as tendências verificadas na distribuição populacional no período 1960/80 de forma a compreender os padrões de distribuição demográfica em um contexto de rápido desenvolvimento econômico e social. Suas pesquisas permitiram concluir que o período de interiorização da população alcançou seu limite e que novas ordas migratórias não poderiam ser absorvidas nas zonas fronteiriças no pós-80.

Para MARTINE⁷, a migração continuou a ser a principal fonte de mão-de-obra barata para o setor urbano-industrial. A busca por melhores condições individuais de renda e emprego que acarretou a distribuição populacional é reflexo da nova organização das atividades econômicas em termos setoriais e espaciais. E, finalmente, que o processo de metropolização e de concentração brasileiros são irreversíveis.

TEIXEIRA & SUGAI¹⁹ procuraram avaliar a qualidade de vida e seus efeitos sobre a migração, mediante a utilização de um índice de qualidade de vida composto por 16 indicadores. Os resultados obtidos permitem concluir que a qualidade de vida afeta as migrações, sendo fortemente influenciada pelos seus componentes de ordem econômica.

SINGER¹⁵ analisou o processo de distribuição e reorganização especial da população recente e concluiu que a tendência à metropolização dos grandes centros é uma tendência histórica que vem se confirmando ao longo do tempo, não se limitando mais ao Rio de Janeiro e São Paulo. Que as áreas de fronteira, a exemplo do Norte, Centro-Oeste, Maranhão e Paraná vem se tornando progressivamente menos capazes de absorver mão-de-obra em caráter permanente, mesmo a médio prazo. As tradicionais áreas de emigração, Bahia, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm se mostrado mais capazes de absorver uma maior porcentagem de mão-de-obra nativa, devido aos incentivos locais à industrialização no decorrer da década de 70¹.

6.3 – Êxodo rural e fatores de expulsão no campo.

Segundo TEIXEIRA FILHO & SUGAI¹⁹ variáveis como a política salarial, legislação rural, estrutura da posse da terra, relações de troca no setor, políticas gerais voltadas para o setor agrícola são apontadas como causas potenciais que induzem aos movimentos migratórios. Dentre as consequências dos movimentos dos grupos sociais os estudos realizados no Brasil os autores destacam:

Mudanças, no arranjo de recursos na agricultura, mudanças na produtividade da terra, mudança na distribuição funcional da renda agrícola, acumulação de desempregados e subempregados nas periferias das cidades que recebem os migrantes, pressão de demanda de serviços do capital social dessas cidades, desemprego urbano generalizado (TEIXEIRA FILHO & SUGAI, 1984, p. 7).

CAMARA¹ enfatiza alguns dos aspectos destacados por TEIXEIRA FILHO & SUGAI¹⁹ em seu estudo sobre as migrações paranaenses na década de 70. Segundo CAMARA¹.

“Tal análise convencional, que utiliza diferenciais regionais de renda os fatores aparentes que levam os indivíduos a migrar, permite explicitar os fatores aparentes que levam os indivíduos a migrar, mas a essência dos movimentos migratórios não é retida... As verdadeiras origens da emigração rural estariam pois envoltas em densa bruma: a falta de oportunidade de trabalho, renda e ocupação da terra. Os migrantes são expulsos e não atraídos pelos pólos industriais.

A autora concluiu que a alteração no padrão de acumulação brasileiro propiciou a coincidência dos fenômenos de êxodo rural, concentração fundiária e produtiva no Paraná, o que desencadeou o mais intenso fluxo emigratório da história demográfica paranaense e brasileira.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das teorias que abordam migração procurou identificar o porquê das diferenças existentes entre a experiência latino-americana e dos países de capitalismo desenvolvido. Também permitiu reconhecer que a teoria tradicional da migração embora satisfatória para explicar o deslocamento de indivíduos no tempo e no espaço, mostrou-se ineficaz para explicar o como e porquê dos fluxos migratórios tão intensos e persistentes no Terceiro Mundo. A teoria histórico-estrutural ocupou tal lacuna, explicando a migração a partir da reconstrução do quadro histórico-estrutural no qual eles se encontram inseridos.

As pesquisas desenvolvidas no país no campo migratório são de caráter antropológico, sócio-econômico e demográfico e em sua maioria se enquadram dentro da teoria tradicional e realmente não estão preocupadas com as origens dos movimentos e o porquê de sua intensidade e persistência. Preocupam-se com o equilíbrio entre o setor rural e urbano, o que é reforçado em alguns autores via sugestão de políticas governamentais que visem a redução dos diferenciais regionais e de renda. Isto é, preocupam-se com as consequências do movimento para o equilíbrio do sistema e não com os movimentos migratórios em si.

ABSTRACT

The aim of this article is to show new light concerning internal migration in Brazil. Consequently a review of the specialized literature was necessary and here in are presented some empirical evidences concerning its recent development.

KEY WORDS: Internal migration; Brazilian population.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAMARA, M.R.G. Transformações Agrícolas e Êxodo Rural no Paraná na década de 70. São Paulo, 1985. (Dissertação de Mestrado – Universidade São Paulo).
2. COSTA, M. Estudos de demografia urbana. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. (Série monografia, 18).
3. ENGELS, F. Irish immigration in condition of working-class in England in 1844. London, The Riverside, 1952.
4. GONZALES, E.N. & BASTOS, M.I. Migração rural e o trabalho volante na agricultura brasileira. In: MOURA, H.A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, 1980. p. 981-1017.
5. GRAHAM, D.H. & HOLANDA FILHO, S.B. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H.A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza 1980. p. 739-775.
6. LEE, E.S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H.A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, 1980. p.95-113.
7. MARTINE, G. Mobilidad espacial y ocupacional en Brasil: Aspectos substantivos y metodológicos. In: MOBILIDAD OCUPACIONAL Y MERCADOS DE TRABAJO. Santiago, BREAL/OIT, 1983. P.9-34.
8. MARTINE, G. & PELIANO, J.C. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro, IPEA, 1975.
9. MATA, M. Urbanização e migrações internas. Pesquisa e planejamento econômico, 3(3): 715-46, out. 1973.
10. MEDEIROS, P.T. The returns to internal migration in Brazil-Latin American Workshop. (Mimeografado)
11. MUÑOZ, H. & OLIVEIRA, O. A migração interna na América Latina: Exposição e críticas sobre algumas análises. In: MOURA, H.A. Migrações internas: textos selecionados. Fortaleza, 1980. p. 581-608.
12. OLIVEIRA, O. & STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H.A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, 1980. p.251-262.
13. RAVENSTEIN, E.G. The laws of migration. Journal of the statistical society, 47(pt 1): 167-227, jun., 1895. (traduzido em MOURA, H.A. de (Coord.) Migração interna: textos selecionados, BN-ETENE Fortaleza, 1980. p. 25-88).
14. SAHOTA, G. An economic analysis of internal migration in Brazil. Journal of political economy, 76: 218-45, 1983.
15. SINGER, P. Crescimento econômico e distribuição espacial de população. Revista de economia política, 2(3): 31-52, jul-set. 1982.
16. ———. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H.A. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza, 1980. p. 217-242.
17. SJAASTAD, L.A. The costs and returns of human migration. Journal of political economy, 5: 80-93, oct. 1962.
18. STARK, R. Note on modelling labour migration in LDCs. The journal of development studies, 19(4): 355-366, jul. 1983.
19. TEIXEIRA FILHO, A.R. & SUGAI, Y. A qualidade de vida e seus efeitos na migração. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA DE ECONOMIA AGRÍCOLA, Piracicaba, 28 a 31 de maio de 1984. p.1-43.
20. TODARO, M. A model of labour migration and urban unemployment in less developed countries. American economic review, 60: 138-48, march, 1969.
21. TODARO, M. & HARRIS, J.R. Migration unemployment and development: A two-sector analysis. American economic review, 60: 126-142, march, 1970.
22. YAP, L. Internal migration and economic development in Brazil. Quarterly journal of economics, 90(1): 119-37, fev. 1976.

Recebido para publicação em 22/2/1988